

EIXO TEMÁTICO: Ordenación, Gestión, Riesgos y Vulnerabilidad

O PROCESSO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: a integração entre a Universidade e a gestão pública da rede municipal de educação da cidade de Anápolis-Goiás

Janes Socorro da Luz¹

UEG/UnUCSEH

jnsluz@hotmail.com

Juvair Fernandes de Freitas²

UnB/UEG/UnUCSEH

juvair@unb.br

Em tese, parte-se do pressuposto que a Universidade possui a função social de contribuir na melhoria da qualidade de vida, especialmente, da comunidade na qual se insere. Portanto, o presente trabalho destaca a experiência em desenvolvimento no âmbito de um projeto de extensão, aprovado pelo Ministério da Educação do Brasil que analisa a questão do ordenamento e gestão do território, além de desenvolver ferramentas para auxiliar a administração pública no setor da educação, propiciando condições para a realização da prática administrativa com eficiência, equidade e transparência, baseada no princípio da gestão democrática e participativa. Considera como área de estudo as unidades da rede pública municipal de Educação Básica e Infantil, destacando a localização, número de alunos e profissionais, além dos equipamentos e demais elementos de infraestrutura. Aspectos que formam um banco de dados agregado a um sistema de informação geográfica que aperfeiçoa as informações e sua representação espacial, além, da caracterização das relações que são produzidas na construção das redes e do território.

Palavras-chave: Ordenamento territorial. Gestão. Rede.

A importância da extensão universitária na dimensão da administração pública municipal

A extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso ao conhecimento e para o redimensionamento da função social das Instituições de

¹ Doutora em Geografia na área da Gestão do Território (UFU), docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis-GO.

² Doutorando em Geografia (Unicamp), docente do curso de Geografia da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis-GO.

Ensino Superior (IES). A universidade pública, em especial onde se localiza, tem o compromisso de contribuir na busca de soluções para os problemas que afetam a comunidade, além de realizar ações que promovam a sua respectiva inserção, também, a integração com os diversos segmentos organizados que atuam na produção do espaço.

A extensão universitária pressupõe uma ação junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa que foram desenvolvidos pela IES. Dessa maneira, os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre a Universidade e a sociedade. Por sua vez, a Universidade Estadual de Goiás ao desenvolver a extensão universitária contribui nesse processo de transformação da realidade local na qual se insere e contribui para a qualificação efetiva dos seus alunos e na contínua formação de seu quadro técnico e docente.

A universidade, portanto, desempenha um papel fundamental na produção e divulgação do conhecimento, por meio das atividades e intercâmbios que realiza, da formação e qualificação acadêmica, além do aperfeiçoamento técnico-científico dos processos produtivos que impulsionam o consumo e, com isso, dinamizam as relações sociais, bem como, na geração de diversos produtos e ferramentas. A atuação da universidade na comunidade local propicia a troca de experiências e valoriza sua função social, ao mesmo, em que consolida a importância que possui na sociedade, além de dinamizar de forma efetiva a relação indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão preconizada pelo Art. 207 da Constituição Federal do Brasil de 1988, reafirmada pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Na esfera local a interação entre sociedade/universidade se mostra, cada vez mais, necessária para consolidar uma realidade que possibilite uma atuação mais dinâmica, eficiente, ágil e democrática da estrutura político-administrativa do município³, considerando que o poder público municipal é o principal agente no processo de planejamento, execução e gestão da política de desenvolvimento urbano.

³ No Brasil, o município corresponde à menor unidade político-administrativa do território com representação dos poderes executivo (prefeito) e legislativo (vereadores).

A partir destas breves considerações iniciais, inserimos a importância do presente artigo que analisa o desenvolvimento de um projeto de extensão apoiado pelo Ministério da Educação do Brasil/Programa de Apoio à Extensão Universitária e a Pro - Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Goiás com o título “O emprego do geoprocessamento na gestão pública da educação municipal em Anápolis/GO”. Trata-se de um projeto que procura a partir das técnicas do geoprocessamento gerar ferramentas para o gestor municipal que auxiliem na sua atuação cotidiana, enquanto, agente do processo de ordenamento territorial e, também, como responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas.

A Produção do Espaço e a Prática Administrativa com Eficiência, Equidade e Transparência

Os aspectos fundamentais relacionados ao desenvolvimento urbano, políticas públicas, gestão e ordenamento territorial estão inseridos no âmbito do desenvolvimento técnico-científico e informacional que caracteriza a produção do espaço geográfico contemporâneo, no qual o emprego das tecnologias da comunicação e informática são cada vez mais presentes (SANTOS, 1994). Em específico, no que tange ao desenvolvimento urbano, Souza (2003, p. 61) destaca que “[...] o desenvolvimento é entendido como uma mudança social positiva”. O referido autor acrescenta ainda:

A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualmente, a espacialidade. A importância do espaço que é palco, fonte de recursos, recurso em si, arena referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território na sua multidimensionalidade (SOUZA, 2003, p. 61).

Nesse sentido, o desenvolvimento urbano se articula com as questões que influem na organização ou ordenamento territorial de uma determinada localidade. Para Wilson (2009), as iniciativas de ordenamento territorial seguem dois cursos distintos, porém, não excludentes. Primeiro, é preciso iniciar um processo de ordenamento territorial, para se reverter um padrão de organização existente. E, segundo, é necessário conduzir um processo de ordenamento territorial, para se

lograr uma organização espacial que promova, ou que potencialize o desenvolvimento.

No espaço urbano o ordenamento territorial visa alcançar uma estrutura espacial adequada para promover e sustentar um padrão de ocupação do território que leve em conta as restrições ambientais, a saturação urbano-metropolitana e os vazios demográficos e produtivos, para lograr a coesão territorial do município. Dessa forma, a discussão em torno do ordenamento territorial envolve a necessidade de pensar como se realizam os processos de planejamento e gestão, principalmente, na esfera pública. Uma vez que a forma como se organizam territorialmente os recursos e as atividades mais susceptíveis à mobilidade, frente aos recursos caracterizados pela maior dependência de localização, interfere no desenvolvimento local.

Portanto, uma gestão pública que se fundamente na tomada racional de decisões que estabeleça um modelo de organização planejamento participativo, não-contraditório mas democrático, oposto tecnocraticamente a uma realidade vista como anárquica, possibilita o desenvolvimento de um modelo de cidade integrado que reduz as contradições que provocam a desterritorialização da população, bem como instigam questionamentos como os realizados por Rolnik (1997, p. 357):

Que papel cumprirão as cidades brasileiras nessa nova divisão internacional do trabalho? Que oferecerão as cidades brasileiras na competição entre cidades para atrair investimentos e oferecer oportunidades econômicas para seus habitantes e seus descendentes? Que regras do jogo de constituição dos mercados urbanos as cidades poderão estabelecer no sentido de produzir mais solidariedade e equilíbrio neste mundo segregado e polarizado? Com que instrumentos se enfrentará o tema das maiorias clandestinas e do território popular eternamente ilegal e precário?

Para Souza (2003, p. 28) a “cidade é o centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político”, nela se estabelece a base político-administrativa do município, agregando os interesses públicos e privados que são representados por meio dos grupos políticos e empresariais. E, acrescenta:

Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se reproduzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse,

menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2003, p. 28).

Com isso, forças inerentes ao processo de desenvolvimento impulsionam, condicionam, incentivam e, em última instância, forçam a aglomeração de atividades e de população, resultando em um desequilíbrio entre áreas geográficas que impactam e geram desigualdades no acesso aos bens e serviços públicos. Ademais, as recentes políticas habitacionais destinadas às camadas de baixa renda, promovidas pelo Estado, tende a ampliar a demanda sobre os serviços básicos. Esse fato demonstra a relevância do projeto, ora apresentado, pois, ele fornecerá ao gestor público uma ferramenta eficiente na leitura e interpretação dos fenômenos urbanos e dará agilidade, por meio do banco de dados e informações cartográficas que subsidiarão o Sistema de Informação Geográfica, a tomada de decisão e a atuação de forma estratégica. O planejamento estratégico, por sinal, proporciona ou pode proporcionar condições mais favoráveis para o pleno exercício da cidadania, um direito inalienável do homem.

A Questão do Ordenamento Territorial e do Desenvolvimento Urbano no Contexto Local

Historicamente, o município de Anápolis se destaca no contexto regional pelo dinamismo econômico que apresenta e por sua localização estratégica na região Centro-Oeste do país, entre duas capitais: Brasília, capital federal, distante 150 quilômetros e Goiânia, capital estadual, a 50 quilômetros, (Figura 1). O município possui 335.039 habitantes (IBGE, 2010) e se destaca como uma das cidades mais dinâmicas do interior brasileiro, pólo industrial no segmento farmacêutico, especializado em medicamentos genéricos, além dos ramos da construção e da agroindústria.

Outro setor que se destaca no município e o comercial, tanto atacadista como varejista, inclusive com o desenvolvimento de um importante pólo logístico na cidade, concretizado com a instalação da Estação Aduaneira do Interior (EADI/Centro-Oeste), denominada de Porto Seco, responsável pelo desembarço

alfandegário e pelas atividades ligadas à exportação e importação. comercial e de serviços nas áreas da saúde e educação superior. Além das atividades comerciais, típicas do terciário, destacam-se também a presença de um setor de serviços de importância regional, especialmente nas áreas da saúde e educação superior.

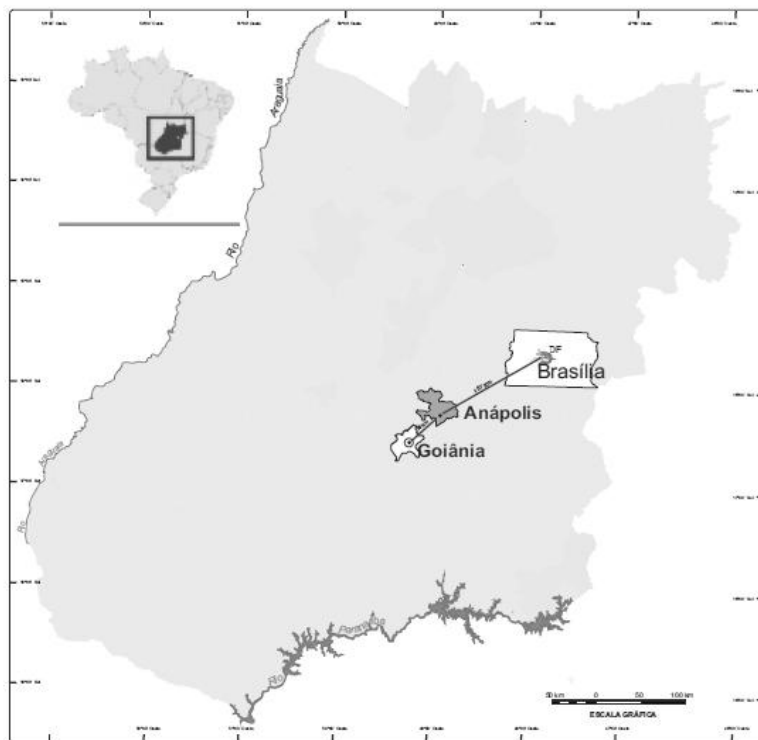


Figura 1 – Localização Estratégica do Município de Anápolis/GO, entre Goiânia e Brasília, 2010

Fonte: AGETOP (2009), adaptação Luz (2011)

A origem do município remonta o final do século XIX e está relacionada a duas explicações ou justificativas que se complementam. Uma delas corresponde à presença de condições naturais favoráveis no local onde se desenvolveu o sítio urbano de Anápolis: um relevo de ondulações suaves, perfazendo 54 % de seu território e com 43% de áreas planas; um clima tropical com temperaturas amenizadas pela altitude de, aproximadamente, 1.017 metros acima do nível do mar; e, uma vegetação original composta por matas ciliares e cerrado.

A outra explicação, de acordo com Borges (1990) e Polonial (2000), refere-se à motivação religiosa que influenciou na decisão de Ana das Dores Almeida, dona de uma comitiva em passagem pelo local, de construir uma capela em

retribuição a uma graça atribuída à Sant'Ana. Com isso, ao redor da capela edificada em 1871, estabeleceu-se o povoado de Santana das Antas que se transformou em freguesia no ano de 1873, depois, na vila com mesmo nome em 1887 e, por fim, na cidade de Anápolis em 1907.

De forma geral, da fase inicial aos dias de hoje, é possível destacar três períodos que caracterizam o processo evolutivo da cidade de Anápolis: o primeiro compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, marcado pela expansão das fronteiras agrícolas e a ruptura do relativo isolamento de Goiás em relação aos centros dinâmicos da economia nacional, além do processo de edificação de Goiânia; o segundo se inicia com a chegada da ferrovia, Estrada de Ferro Goiás, em 1935 e se encerra na década de 1960 com a construção de Brasília, quando impactou o desenvolvimento local a abertura da rodovia Belém-Brasília; o terceiro se desenvolve a partir da década de 1960 e alcança o século XXI, caracterizado pela diversificação da economia local por meio do desenvolvimento comercial e industrial, (LUZ, 2001, 2009).

Na esteira da análise do processo de desenvolvimento econômico, correlacionado com a urbanização, reafirma-se a importância dos antecedentes históricos da região, especialmente referenciados pelas características da industrialização do Estado de Goiás, sempre atrelada ao desenvolvimento agrícola, pois, fora da área metropolitana de Goiânia, Anápolis se configura como o principal centro industrial goiano. Inclusive no início da década de 1970, na cidade foi instalado o primeiro distrito agro-industrial de Goiás que, atualmente, apresenta uma transformação significativa em sua composição interna com a diversificação dos segmentos industriais, acompanhando o processo de descentralização da atividade industrial e atuação estatal no ordenamento do território.

A importância de Anápolis no contexto espacial a configura como um centro regional com uma área de influência que extrapola os limites estaduais. Suas características demográficas, econômicas e políticas a posiciona entre as denominadas cidades médias. Tais cidades participam de forma dinâmica dos circuitos e/ou círculos espaciais de produção, ou seja, tanto na escala intraurbana, Santos (1979), como em escalas mais amplas, Santos e Silveira (2001). Inclusive,

Arroyo (2006, p. 81) afirma que é “na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam”. E, acrescenta:

A circulação repercute sobre a produção obrigando-a a modernizar-se. Os fluxos multiplicam-se, diversificam-se, tornam-se ainda mais importantes para a realização da produção. Os circuitos e os círculos estendem-se alargam a dimensão dos contextos, organizam uma trama de relações além das fronteiras nacionais (ARROYO, 2006, p. 81)

Corrêa (2007, p. 30) destaca a importância dos fluxos e das interações espaciais na esfera das cidades médias ao afirmar que:

Admite-se que a cidade média apresente interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade. Mais que isso, essas interações espaciais são, em grande parte, controladas pela elite da cidade. Por meio dela, a cidade média conecta-se à rede global de cidade e interações, ainda que outras interações sejam controladas por grupos externos.

De modo mais amplo, nas últimas décadas do século XX, a urbanização brasileira se consolidou, transformando a organização espacial e a configuração territorial do país. Santos (1996, p. 125) ressalva que estaríamos “deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território”, de acordo com as novas tendências apresentadas por esse processo. Nesse caso, ganham relevância os imperativos técnico-científicos e informacionais impostos pela dinâmica da economia capitalista que exige a contínua busca por novas áreas para se (re)produzir, estabelecendo, cada vez mais, seus nexos sobre o território. E, ainda, acrescenta:

Esse meio técnico-científico resulta, como já vimos, da adição ao território da ciência, de tecnologia, de informação, e cria espaços inteligentes numa parte do Brasil, deixando que em outros permaneçam os espaços opacos. Uns e outros são subespaços com comportamentos diferentes, lógicas e racionalidades diferentes. Tais dinâmicas diferentes não são apenas dinâmicas territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas (SANTOS, 1996, p. 126).

Como em outras cidades, a expansão física está sempre atrelada ao desenvolvimento econômico e social. Em Anápolis não foi diferente. A partir da década de 1960, a forte atração da população regional e o interesse dos empreendedores locais foram os motivos para se expandir as cidades ou de abrir ruas e avenidas e construir novos prédios. Nesse período, o governo municipal,

preocupado com a desorganização do seu tecido urbano, elaborou seu primeiro Plano Diretor, aprovando a Lei Municipal nº160/69, que estabelecia requisitos para divisão e expansão da área urbana, parcelamento e ocupação do solo, mediante o zoneamento da cidade, levando-se em consideração a ocupação urbana existente.

Esse procedimento institucional não reverteu o processo negativo da relação entre crescimento populacional e a expansão da superfície loteada em termos de densidade de ocupação que se processou nos anos seguintes. Pois, entre os anos 1960 e 1980, a densidade urbana pouco aumentou de 23,74 hab/ha para 36,2hab./ha, ainda muito baixa para os padrões relativos aos custos de urbanização, marcando uma ocupação habitacional que reflete o processo da fragmentação do tecido urbano de Anápolis com a criação sistemática de vazios urbanos situados entre os diversos loteamentos aprovados fora do perímetro urbano que marca a malha urbana consolidada da cidade.

O resultado da produção da cidade de Anápolis nestes últimos cinquenta anos tem como causa, como já identificado, a gestão territorial colocada em prática a partir da década de 1960. Quando os governos municipais foram coniventes com a iniciativa privada no papel da produção da expansão física da cidade, não exercendo o controle planejado quando da aprovação de novos loteamentos ou mesmo ao ampliar, através de leis municipais, as zonas de expansão urbana.

A política de gestão territorial associada à política de desenvolvimento econômico que ocorreu em Anápolis reproduz o modelo aplicado às demais cidades que compõem o sistema urbano nacional, produtor de cidades marcadas pela desigualdade e exclusão social. Nesse sentido, pode-se afirmar que o maior entrave para o crescimento ordenado e sustentável da cidade é a incapacidade da administração pública em gerenciar a produção da cidade referenciada pelas políticas públicas, até mesmo já legalmente aprovadas.

Com isso, a compreensão da necessidade de ações que conduzam para um maior ordenamento territorial e que permitam uma gestão mais democrática do espaço urbano torna-se fundamental. Conceituar ordenamento territorial não é tarefa fácil, Haesbaert (2006, p. 117) destaca:

Entender o Ordenamento Territorial implica, antes de tudo, ter clareza sobre os dois conceitos a partir dos quais esta concepção é construída, quais sejam, ordem e território. Justamente estes são dois

conceitos muito questionados nos últimos tempos, seja pelo discurso da difusão da imprevisibilidade e da desordem, seja pelo discurso do domínio da fluidez e da desterritorialização.

A gestão urbana democrática do espaço urbano conduz para a democratização do acesso aos equipamentos e serviços produzidos na cidade, entretanto, sua eficiência depende de fatores técnicos e humanos. Do ponto de vista técnico, auxiliam nesta tarefa o desenvolvimento de sistemas de informações que agilizem a análise dos fenômenos urbanos, como por exemplo o uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta de apoio para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

O Sistema de Informação Geográfica como Ferramenta para a Gestão Pública

Os SIGs separam a informação em diferentes camadas temáticas e armazena-as independentemente, permitindo trabalhar com elas de modo rápido e simples, possibilitando ao operador ou utilizador relacionar os dados apresentados com as ações em curso. Neste projeto, entre os serviços públicos básicos, optou-se pela educação municipal, pela abrangência da rede e importância estratégica que possui na administração municipal. Para tanto, foram identificadas 85 unidades que compõem a rede municipal de educação gerida pela Secretaria Municipal de Educação e Tecnologia de Anápolis. Essa rede é composta por escolas, municipais e conveniadas, além de creches que atendem ao público da educação infantil.

A operacionalidade do sistema proposto se viabiliza pelo acesso livre dos programas utilizados para subsidiar a construção do SIG direcionado para a rede municipal de educação. Ademais, a proximidade entre a Universidade, sediada na cidade, e a administração municipal reduz as dificuldades de acesso às informações que possibilitaram a formação do banco de dados agregado, ao mesmo tempo, contribuirá para consolidar a formação integral dos discentes envolvidos no projeto.

A importância do uso das novas tecnologias na administração pública já é reconhecida, o problema que persiste diz respeito ao acesso às mesmas e a adequação ao contexto local, o que torna relevante o produto deste projeto.

Portanto, espera-se que o mesmo se consolide como um exemplo que possa se expandir para os demais setores estratégicos da comunidade.

Na atualidade, com a expansão da computação e o acesso aos equipamentos (hardware) e a disponibilidade de programas abertos (software), sem custos, como os desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, programas de extensão universitária coordenados pelo Ministério da Educação, Segundo o INPE (2004), o termo geoprocessamento pode ser definido como um conjunto de tecnologias voltadas à coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo específico. As atividades de geoprocessamento são executadas por sistemas específicos, os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) que facilitam a execução do presente projeto.

Na atualidade, com a expansão da computação e o acesso aos equipamentos (hardware) e a disponibilidade de programas abertos (software), sem custos, como os desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, programas de extensão universitária coordenados pelo Ministério da Educação, Segundo o INPE (2004), o termo geoprocessamento pode ser definido como um conjunto de tecnologias voltadas à coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo específico. As atividades de geoprocessamento são executadas por sistemas específicos, os SIGs que facilitam a execução do presente projeto de extensão, destacado anteriormente.

Ele parte do pressuposto que a ferramenta deve cumprir uma função operacional e gerencial, para tanto foi planejado para se desenvolver de acordo com as seguintes etapas: planejamento; levantamento preliminar de dados estatísticos, cartográficos e legais que constituíram a base preliminar de dados; georreferenciamento da rede municipal, coleta de informações em campo e de imagens; elaboração de banco de dados; análise e adequação das bases cartográficas digitais; organização dos dados gráficos; representação cartográfica; implementar os dados quantitativos e sua representação cartográfica; avaliação dos resultados gerados pelo SIG; apresentação dos resultados para o poder público com o treinamento e qualificação dos gestores públicos; divulgação e disponibilidade para o acesso público das informações e produção realizada; e, finalmente, apresentação para o meio acadêmico-científico.

O emprego do geoprocessamento na gestão da rede municipal em Anápolis propiciará informações que serão úteis no planejamento e desenvolvimento de ações em toda a rede. Além disso, disponibilizará informações sobre a localização de cada unidade escolar que possibilitará o desenvolvimento de novos projetos, bem como, contribuirá para dinamizar as aulas de cartografia com base em exemplos locais. Cabe ressaltar que o projeto de extensão encontra-se em um estágio preliminar, com formação da equipe, docente e discentes, o que ocorrerá ao longo de 2011 e 2012.

Considerações Finais

É imprescindível que universidade participe de forma efetiva na comunidade, sua relação com administração pública oferece inúmeras possibilidades de contribuição, especialmente para atender aos setores essenciais da sociedade, por exemplo, os serviços de educação, saúde e segurança.

Na escala local, dos municípios e suas respectivas sedes, a atuação do poder público influi diretamente na vida dos cidadãos. Portanto, a tomada de decisões nessa escala, repercute sobre o cotidiano das populações e na forma como os habitantes se apropriam do território em que vivem e constroem suas identidades. Fomentar a participação democrática com o exercício da transparência administrativa pressupõe o uso de ferramentas capazes de oferecer de forma rápida e com qualidade as informações a todos. Nesse sentido, o desenvolvimento de ferramentas acessíveis e com informações de qualidade proporcionam recursos para estabelecer um cenário mais justo e equitativo, reduzindo os espaços nos quais proliferam a corrupção e os inúmeros problemas que fazem parte da realidade das cidades brasileiras.

Assim, este artigo procurou, ainda que de forma preliminar, aportar alguns temas necessários para ampliar a discussão sobre a gestão do território e a importância da relação da universidade com a administração pública. O desenvolvimento de SIGs para serem usados como ferramenta de apoio é um caminho, entretanto, sua operacionalização ainda depende de recursos financeiros e

técnicos que não são disponíveis em grande escala, o que constitui no principal obstáculo presente para dinamizar essa ação.

Referências

ARROYO, M.M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias In SPOSITO, E.S. et al (orgs.) **Cidades Médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 71-87.

ANÁPOLIS, Lei Complementar n. 128, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Anápolis. Biblioteca da Câmara Municipal de Anápolis, 2007 (mimeo).

BECKER, Bertha K. "Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil" in **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3)jul./set., 1991, p78.

BORGES, B.G. **O despertar das dormentes. Goiânia**: Cegraf, 1990, p. 87-118

CORRÊA, R.L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, n. 1, 2004.

_____. Construindo o conceito de cidade média In SPOSITO, M.E.B. (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p. 23-3.

FREITAS, J. F. **A expansão urbana e a segregação socioespacial em Anápolis - Goiás**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas/Universidade de Brasília, 2004

HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia/Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia**, vol.1, n. 1, p. 117-123, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**, resultados preliminares. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em jan./2011

LUZ, J. S. **A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2001

_____. **A (re) produção do espaço de Anápolis/GO: a trajetória da cidade média entre duas metrópoles -179- 2009**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

POLONIAL, J. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Anápolis:AEE, 2000

ROLNIK, R. Planejamento Urbano nos anos 90: Novas perspectivas para velhos temas In RIBEIRO, L.C.Q. (org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 351-370

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994

_____ **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**: Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979

_____ **A Urbanização brasileira**. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho e cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 1. sem., 2002.

SOUZA, M. L. de. **ABC desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.